

**No. 40439**

---

**Brazil  
and  
Argentina**

**Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Argentine Republic to facilitate the construction and operation of new road crossings over the Uruguay River. Florianópolis, 15 December 2000**

**Entry into force:** *6 October 2003 by notification, in accordance with article VI*

**Authentic texts:** *Portuguese and Spanish*

**Registration with the Secretariat of the United Nations:** *Brazil, 6 July 2004*

---

**Brésil  
et  
Argentine**

**Accord entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République argentine en vue de faciliter la construction et l'exploitation de nouveaux croisements sur la rivière Uruguay. Florianópolis, 15 décembre 2000**

**Entrée en vigueur :** *6 octobre 2003 par notification, conformément à l'article VI*

**Textes authentiques :** *portugais et espagnol*

**Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies :** *Brésil, 6 juillet 2004*

[ PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS ]

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O  
GOVERNO DA REPÚBLICA ARGENTINA PARA A VIABILIZAÇÃO DA  
CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO DE NOVAS TRAVESSIAS RODOVIÁRIAS  
SOBRE O RIO URUGUAI

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Argentina  
(doravante denominados “Partes”),

Tendo em conta o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, firmado entre os dois países em 29 de novembro de 1988;

Considerando o disposto no Protocolo nº 23 (Regional Fronteiriço), de 29 de novembro de 1988, relativamente à ampliação da integração física entre ambos os países;

Recordando a vontade expressa no Comunicado Conjunto firmado pelos Presidentes dos dois países em 11 de novembro de 1997, especialmente no seu parágrafo 12, relativo às ligações rodoviárias Itaqui-Alvcar, Porto Mauá-Alba Posse e Porto Xavier-San Javier; e

Tendo presente os entendimentos entre o Ministro dos Transportes do Brasil e o Ministro da Infra-Estrutura da Argentina, por ocasião da Reunião Tripartite de Ministros realizada em Montevidéu, Uruguai, no dia 23 de março de 2000,

Acordam:

ARTIGO I

As Partes se comprometem a iniciar, por intermédio das suas respectivas autoridades competentes e com a brevidade requerida, o exame das questões referentes à construção e exploração, preferencialmente em regime de concessão de obra pública, das três novas pontes rodoviárias sobre o rio Uruguai, incluindo-se as suas obras complementares e seus acessos, frente aos municípios fronteiriços de Itaqui-Alvcar, Porto Mauá-Alba Posse e Porto Xavier-San Javier.

## ARTIGO II

Para os fins mencionados no Artigo I do presente Acordo, as Partes criam uma Comissão Binacional para as Novas Pontes sobre o rio Uruguai, doravante designada Comissão Binacional, integrada:

- a) pela Parte brasileira: pelo Ministério dos Transportes, Ministério das Relações Exteriores e outros organismos nacionais;
- b) pela Parte Argentina: pela Secretaria de Obras Públicas, Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto e outros organismos nacionais;

em igual número de representantes de cada país, conforme designação que cada Parte comunicará à outra no prazo de sessenta (60) dias corridos, a contar da data de entrada em vigor deste ato.

## ARTIGO III

A Comissão Binacional deverá considerar nos seus trabalhos as decisões e acordos resultantes do Protocolo nº I4 (Transporte Terrestre), de 10 de dezembro de 1986, inclusive os relativos a medidas de controle harmonizado de fronteira.

## ARTIGO IV

I. Será da competência da Comissão Binacional:

- a) reunir os antecedentes necessários a fim de elaborar os Termos de Referência para a contratação, junto à iniciativa privada, de um estudo comparativo de viabilidade das três referidas novas travessias rodoviárias, que tenha em conta os aspectos físicos, ambientais, econômicos, financeiros e legais do empreendimento, bem como outros julgados necessários pela Comissão, devendo fornecer em seus resultados uma ordem de prioridade técnica para a execução dos projetos;
- b) analisar os mencionados estudos e determinar, com base nos mesmos, os próximos passos com vistas à concretização dos projetos que as Partes decidam executar;
- c) preparar a documentação necessária para levar a cabo a licitação pública e a posterior adjudicação para a construção e exploração das novas pontes, a realização das suas obras complementares e acessos, devendo ser submetida à previa aprovação das Partes, bem

como levar em conta a decisão de que sejam realizadas preferencialmente sob o regime de concessão de obra pública, sem aval dos Governos e sem garantia de trânsito mínimo;

- d) no caso de uma decisão em favor da realização de obras mediante regime de concessão de obras públicas, estabelecer as condições a serem cumpridas pelos concessionários para a realização das obras e a exploração das respectivas concessões;
- e) designar anteriormente à licitação um representante de cada Parte para integrar um órgão de controle, o qual terá como função supervisionar o cumprimento do contrato de concessão ao longo de seu prazo de vigência.

2. A Comissão Binacional terá plenos poderes para solicitar a assistência técnica e toda informação que considerar necessária.

#### ARTIGO V

1. Os custos referentes às desapropriações necessárias à implantação das obras, bem como às ligações ferroviárias e rodoviárias até o ponto de acesso às obras contratadas, em cada território nacional, serão da responsabilidade exclusiva da Parte respectiva, segundo as condições que vierem a ser acordadas internamente com os seus governos locais ou regionais.

2. Os custos do estudo comparativo de viabilidade a que se refere o Artigo IV, item 1, letra a, serão cobertos pelas Partes, na proporção de 50% para cada uma.

3. Cada Parte será responsável pelos gastos decorrentes da sua representação na Comissão Binacional.

4. Os custos dos estudos, projetos e obras relativos à construção de cada ponte objeto da concessão, suas obras complementares e acessos, estarão a cargo do consórcio vencedor da correspondente licitação.

#### ARTIGO VI

1. As Partes se notificarão sobre o cumprimento das respectivas formalidades legais internas necessárias para a vigência do presente Acordo, o qual entrará em vigor a partir da segunda notificação.

2. Qualquer uma das Partes poderá, a qualquer tempo, denunciar o presente Acordo, por via diplomática e com uma antecedência de um ano.

Feito na cidade de Florianópolis, aos 15 dias do mês de dezembro de 2000, em dois exemplares igualmente autênticos, nos idiomas português e espanhol.

---

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL  
Elizeu Padilha  
Ministro dos Transportes

---

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
ARGENTINA  
Adalberto Rodríguez Giavarini  
Ministro das Relações Exteriores,  
Comércio Internacional e Culto

[ SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL ]

ACUERDO ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA ARGENTINA Y EL  
GOBIERNO DE LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL PARA LA  
FACILITACION DE LA CONSTRUCCION Y OPERACION DE NUEVOS  
PASOS VIALES SOBRE EL RIO URUGUAY

El Gobierno de la República Argentina

y

El Gobierno de la República Federativa del Brasil  
(en adelante las "Partes")

Teniendo en cuenta el Tratado de Integración, Cooperación y Desarrollo, firmado entre los dos países el 29 de noviembre de 1988;

Considerando lo dispuesto en el Protocolo N° 23 (Regional Fronterizo), del 29 de noviembre de 1988, relativo a la ampliación de la integración física entre ambos países;

Recordando la voluntad expresada en el Comunicado Conjunto firmado por los Presidentes de los dos países el 11 de noviembre de 1997, especialmente en su párrafo 12 relativo a las conexiones viales Itaqui-Alvear; Porto Mauá-Alba Posse y Porto Xavier-San Javier, y

Teniendo presente los entendimientos entre el Ministro de Infraestructura de Argentina y el Ministro de Transportes de Brasil, por ocasión de la Reunión Tripartita de Ministros realizada en Montevideo, Uruguay, el día 23 de marzo de 2000;

Acuerdan:

### ARTICULO I

Las Partes se comprometen a iniciar, por intermedio de sus respectivas autoridades competentes y con la brevedad requerida, el examen de las cuestiones referidas a la construcción y explotación, preferentemente mediante el régimen de concesión de obra pública, de tres nuevos puentes carreteros sobre el río Uruguay, incluyendo sus obras complementarias y accesos, frente a los municipios fronterizos de Itaqui-Alvear; Porto Mauá-Alba Posse y Porto Xavier-San Javier.

### ARTICULO II

A los fines mencionados en el Artículo I del presente Acuerdo, las Partes crean una Comisión Binacional para los Nuevos Puentes sobre el río Uruguay, en adelante designada como la Comisión Binacional, integrada:

a) por la Parte argentina, por la Secretaria de Obras Públicas, Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto y otros organismos nacionales,

b) por la Parte brasileña, por el Ministerio de Transportes, Ministerio de Relaciones Exteriores, y otros organismos nacionales,

en igual número de representantes de cada país, según designación que cada Parte comunicará a la otra en un plazo de sesenta (60) días corridos, a contar de la fecha de entrada en vigencia de este acto.

### ARTICULO III

La Comisión Binacional deberá considerar en sus trabajos las decisiones y acuerdos resultantes del Protocolo N° 14 (Transporte Terrestre), del 10 de Diciembre de 1986, incluso los relativos a las medidas de control armonizado de frontera.

### ARTICULO IV

1. Compete a la Comisión Binacional:

a) reunir los antecedentes necesarios para la elaboración de los Términos de Referencia para la contratación, ante el sector privado, de un estudio comparativo de factibilidad de las tres nuevas conexiones viales mencionadas, que considere los aspectos físicos, medioambientales, económicos, financieros y legales del emprendimiento, al igual que cualquier otro considerado necesario por la Comisión, debiendo proveer en sus resultados un orden de prioridad técnica para la ejecución de los proyectos;

- b) analizar los mencionados estudios y determinar, con base en los mismos, los próximos pasos teniendo en vista la concreción de los proyectos que las Partes decidan ejecutar;
  - c) preparar la documentación necesaria para llevar a cabo la licitación pública y la posterior adjudicación para la construcción y explotación de nuevos puentes, la realización de sus obras complementarias y accesos, debiendo ser sometida a la aprobación previa de las Partes, al igual que tener en cuenta la decisión de que sean realizadas preferentemente bajo el régimen de concesión de obra pública, sin el aval de los Gobiernos y sin garantía de tránsito mínimo;
  - d) en caso de decidirse la realización de obras por el sistema de concesión de obra pública, establecer las condiciones a cumplir por parte de los concesionarios para la realización de las obras y la explotación de las respectivas concesiones;
  - e) designar antes de la licitación un representante de cada Parte para integrar un organismo de control el que tendrá como función supervisar el cumplimiento del contrato de concesión a lo largo de su plazo de vigencia.
2. La Comisión Binacional tendrá plenos poderes para solicitar la asistencia técnica y toda la información que considere necesaria.

#### ARTICULO V

1. Los costos referentes a las expropiaciones necesarias para la implantación de las obras, así como para las conexiones ferroviarias y viales hasta el punto de acceso a las obras contratadas, en cada territorio nacional, serán de responsabilidad exclusiva de la Parte respectiva, según las condiciones que se acuerden internamente con sus gobiernos locales o regionales.
2. Los costos del estudio comparativo de factibilidad al cual se refiere el Artículo IV, ítem 1, letra a, serán cubiertos por las Partes, en una proporción de 50 % para cada una.
3. Cada Parte será responsable por los gastos derivados de su representación en la Comisión Binacional.
4. Los costos de los estudios, proyectos y obras relativos a la construcción de cada puente objeto de concesión, sus obras complementarias y accesos, estarán a cargo del consorcio vencedor de la correspondiente licitación.

ARTICULO VI

1. Las Partes se notificarán respecto del cumplimiento de las respectivas formalidades legales internas necesarias para la vigencia del presente Acuerdo, el que entrará en vigencia a partir de la segunda notificación.
2. Cualquiera de las Partes podrá, en cualquier momento, denunciar el presente Acuerdo por la vía diplomática y con una anticipación de un año.

Celebrado en la ciudad de Florianópolis, a los 15 días del mes de Diciembre de 2000, en dos ejemplares del mismo tenor, en los idiomas español y portugués.

~~POR EL GOBIERNO DE LA~~  
~~REPUBLICA ARGENTINA~~  
Elizeu Paólha  
Ministro dos Transportes

~~POR EL GOBIERNO DE LA~~  
~~REPUBLICA FEDERATIVA~~  
DEL BRASIL  
Adalberto Rodríguez Giavarini  
Ministro das Relações Exteriores,  
Comércio Internacional e  
Culto

[TRANSLATION - TRADUCTION]

AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE ARGENTINE REPUBLIC AND THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL TO FACILITATE THE CONSTRUCTION AND OPERATION OF NEW ROAD CROSSINGS OVER THE URUGUAY RIVER

The Government of the Argentine Republic,  
and

The Government of the Federative Republic of Brazil  
(hereinafter referred to as "the Parties"),

Taking into account the Treaty on Integration, Cooperation and Development concluded between their two countries on 29 November 1988;

Considering Protocol No. 23 (Border Regions) of 29 November 1988 regarding closer physical integration between the two countries;

Recalling the intent expressed in the joint communiqué signed by the Presidents of the two countries on 11 November 1997, and particularly paragraph 12 of that joint communiqué concerning the Itaquí-Alvear, Porto Mauá-Alba Posse and Porto Xavier-San Javier road crossings, and

Bearing in mind the understandings reached by the Minister of Infrastructure of Argentina and the Minister of Transport of Brazil at the Tripartite Ministerial Meeting in Montevideo, Uruguay, on 23 March 2000;

Have agreed as follows:

*Article I*

The Parties undertake, through their respective competent authorities, to embark with the appropriate speed on the examination of issues relating to the construction and operation preferably through the public works concession system, of three new road bridges over the Uruguay River, including ancillary works and access, between the border towns of Itaquí and Alvear, Porto Mauá and Alba Posse and Porto Xavier and San Javier.

*Article II*

For the purposes mentioned in Article I of this Agreement, the Parties shall establish a Binational Commission for New Uruguay River Bridges (hereinafter termed "the Binational Commission"), with the following composition:

- (a) For the Argentine Party, the Secretariat for Public Works, the Ministry of Foreign Affairs, International Trade and Worship and other national bodies;
- (b) For the Brazilian Party, the Ministry of Transport, the Ministry of Foreign Affairs and other national bodies,

each country having equal numbers of representatives, whose appointments each Party shall notify to the other within sixty (60) calendar days of the date of entry into force of this Agreement.

*Article III*

The Binational Commission shall take account in its work of the decisions and agreements arising from Protocol No. 14 (Land Transport) of 10 December 1986, including those relating to harmonized border control measures.

*Article IV*

1. The responsibilities of the Binational Commission shall be to:
  - (a) Assemble the necessary background information in order to elaborate the terms of reference for the commissioning from the private sector of a comparative feasibility study of the three new road crossings in question; the study shall take into account the physical, environmental, economic, financial and legal aspects of the work, as well as any other aspect which the Commission might consider necessary, and shall propose a technical order of priorities for the implementation of the projects;
  - (b) Analyse the studies referred to above, using them to determine the next steps in translating into action whichever projects the Parties decide to implement;
  - (c) Prepare the documentation necessary to effect the public bidding and the subsequent award of the contract for the construction and operation of new bridges and the realization of the ancillary and access works; the documentation must have the prior approval of the Parties, and account must be taken of the decision to give preference to a public works concession system, without endorsement by the Governments and without guaranteed minimum transit;
  - (d) Establish, in the event that it is decided to use a public works concession system, the conditions which the recipients of the concession must fulfil in carrying out the work and operating the concessions;
  - (e) Appoint, in advance of the bidding process, a representative of each Party to sit on an oversight body responsible for supervising the performance of the concession contract throughout its term of validity.
2. The Binational Commission shall have full authority to request the technical assistance and information it may deem necessary.

*Article V*

1. The cost of the expropriations required for the installation of the works and for road and rail links to the point of access to the works which form the subject of the contract in the national territory of each Party shall be the exclusive responsibility of the Party concerned, on terms to be agreed upon internally with their local or regional governments.

2. The cost of the comparative feasibility study referred to in article IV, paragraph 1 (a), shall be covered by the Parties, with each bearing a 50 per cent share.

3. Each Party shall be responsible for the expenses arising from its representation on the Binational Commission.

4. The costs of the studies, projects and works connected with the construction of each bridge which forms the subject of a concession and its ancillary works and access shall be borne by the consortium presenting the winning bid in each case.

*Article VI*

1. The Parties shall notify each other regarding the completion of the respective internal legal formalities required for the Agreement's entry into force; it shall enter into force following the second notification.

2. Either of the Parties may denounce this Agreement at any time, through the diplomatic channel and with one year's advance notice.

DONE at Florianópolis on 15 December 2000 in duplicate in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Argentine Republic:

ADALBERTO RODRÍGUEZ GIAVARINI  
Minister for Foreign Affairs, International Trade and Worship

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

ELIZEU PADILHA  
Minister of Transport

[TRANSLATION - TRADUCTION]

ACCORD ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE  
FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA  
RÉPUBLIQUE ARGENTINE EN VUE DE FACILITER LA  
CONSTRUCTION ET L'EXPLOITATION DE NOUVEAUX  
CROISEMENTS SUR LA RIVIÈRE URUGUAY

Le Gouvernement de la République argentine

et

le Gouvernement de la République fédérative du Brésil (ci-après dénommés "les Parties);

Compte tenu du Traité d'intégration, de coopération et de développement signé par les deux pays le 29 novembre 1988;

Considérant les dispositions du Protocole n° 23 (Régions frontalières) du 29 novembre 1988 au sujet de l'expansion des liaisons physiques entre les deux pays;

Rappelant l'intention exprimée dans le communiqué conjoint, signé par les Présidents des deux pays le 11 novembre 1997, et en particulier le paragraphe 12 dudit communiqué concernant les jonctions des routes Itaqui-Alvear, Porto Mauá-Alba Posse et Porto Xavier-San Javier; et

Conscients de la concordance de vues entre le Ministre de l'Infrastructure d'Argentine et le Ministre des Transports du Brésil lors de la Réunion ministérielle tripartite qui s'est tenue à Montevideo (Uruguay) le 23 mars 2000;

Sont convenus de ce qui suit:

*Article premier*

Les Parties s'engagent à entreprendre, dans les meilleurs délais et par l'intermédiaire de leurs autorités compétentes respectives, l'examen des questions relatives à la construction et à l'exploitation de trois nouveaux ponts routiers sur la rivière Uruguay, de préférence dans le cadre de concessions de travaux publics, y compris les ouvrages auxiliaires et les accès entre les villes frontières d'Itaqui et Alvear, Porto Mauá et Alba Posse et Porto Xavier et San Javier.

*Article II*

Aux fins mentionnées à l'article premier du présent Accord, les Parties créent une Commission binationale pour les nouveaux ponts sur la rivière Uruguay (ci-après dénommée "la Commission binationale"), qui aura la composition suivante:

- a) pour la Partie argentine, le Secrétariat pour les travaux publics, le Ministère des Affaires étrangères, du commerce international et des cultes, et autres organismes nationaux;

- b) pour la Partie brésilienne, le Ministère des Transports, le Ministère des Affaires étrangères et d'autres services nationaux,  
chaque pays envoyant un nombre égal de représentants dont la nomination sera communiquée par une Partie à l'autre dans les soixante (60) jours civils qui suivent la date d'entrée en vigueur du présent Accord.

### *Article III*

La Commission binationale tiendra compte dans ses travaux des décisions et des accords découlant du Protocole n° 14 (Transports routiers) du 10 décembre 1986, y compris de ceux liés à l'harmonisation des mesures de contrôle des frontières.

### *Article IV*

Le mandat de la Commission binationale est le suivant:

a) réunir les renseignements généraux nécessaires afin d'élaborer les conditions dans lesquelles le secteur privé pourrait être chargé de rédiger une étude de faisabilité comparative pour les trois nouveaux ponts routiers en question, l'étude devant tenir compte des aspects physiques, environnementaux, économiques, financiers et juridiques des travaux, ainsi que de tous autres aspects que la Commission pourrait considérer nécessaires, et proposer un ordre des priorités techniques pour la mise en oeuvre des projets;

b) analyser les études mentionnées ci-dessus et utiliser leurs conclusions pour déterminer les étapes suivantes lors de la mise en oeuvre du projet que les Parties décident d'exécuter;

c) rassembler la documentation nécessaire pour permettre les appels d'offres et l'adjudication ultérieure du marché pour la construction et l'exploitation des nouveaux ponts, ainsi que pour l'exécution des travaux auxiliaires et des ouvrages d'accès aux ponts; la documentation doit être auparavant approuvée par les Parties et compte devra être tenu de la décision des deux Gouvernements de donner la préférence à un régime de concessions de travaux publics sans garantie des Gouvernements et sans trafic minimum garanti;

d) définir, au cas où il serait décidé d'utiliser cette formule, les conditions que les bénéficiaires de la concession doivent remplir pour exécuter les travaux et exploiter les concessions;

e) nommer, avant l'appel d'offres, un représentant de chaque Partie pour siéger dans un organisme de surveillance chargé de contrôler le fonctionnement de l'exécution du marché jusqu'à son échéance.

2. La Commission binationale dispose des pleins pouvoirs pour demander l'assistance technique et les renseignements qu'elle estime nécessaires.

### *Article V*

1. Le coût des expropriations nécessaires pour l'installation des ouvrages et pour les liaisons routières et ferroviaires jusqu'au chantier, qui forment l'objet du contrat sur le territoire national de chaque Partie, sera intégralement pris en charge par la Partie concernée

à des conditions qui feront l'objet d'un accord interne avec leurs autorités gouvernementales locales ou régionales.

2. Le coût de l'étude de faisabilité comparative, mentionnée au paragraphe 1, a) de l'article IV, est assumé par les Parties, chacune prenant à sa charge 50 pour cent.

3. Chaque Partie assume les dépenses afférentes à sa représentation à la Commission binationale.

4. Les coûts des études, projets et travaux liés à la construction de chaque pont, qui forme l'objet d'un marché, aux ouvrages auxiliaires et accès seront à la charge du consortium qui aura remporté l'appel d'offres dans chaque cas.

#### *Article VI*

1. Les Parties se notifient réciproquement l'achèvement des formalités constitutionnelles internes, nécessaires à l'entrée en vigueur du présent Accord qui prend effet après la deuxième notification.

2. Chacune des Parties peut dénoncer le présent Accord à tout moment par la voie diplomatique, avec un préavis d'un an.

FAIT à Florianópolis le 15 décembre 2000 en double exemplaire, en langues espagnole et portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République argentine:  
Le Ministre des Affaires étrangères, du Commerce international et des cultes,  
ADALBERTO RODRIGUEZ GIAVARINI

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil:  
Le Ministre des Transports,  
ELIZEU PADILHA

